

A grande renegociata

GERALDO FORBES

Neste sombrio setembro, está fazendo um ano que, na última reunião do FMI, em Toronto, ficou absolutamente claro que o País não mais teria condições de continuar a empurrar a dívida com a barriga. Estamos agora, esta semana em Washington, comemorando o primeiro aniversário do bolo e insistindo, com a cumplicidade dos grandes bancos emprestadores, e o apadrinhamento do FMI, em fazer precisamente a mesma besteira de sempre — empurrar o problema para a frente, literalmente a qualquer custo.

Que os bancos, que têm muito a perder com a contabilização dos atrasados como prejuízos, tentem perpetuar o esquema falido que lhes garante sua mais importante fonte de lucros, é plenamente compreensível. Bancos não são instituições de caridade e não é seu papel impedir o enforcando de fazer malabarismos com a corda em seu pescoço. Cabe a este cortá-la.

Que o FMI exija mudanças estruturais na economia brasileira se esta realmente quiser seu auxílio, é também compreensível e, até certo ponto, benéfico. Afinal, antes do Fundo a bagunça era ainda mais terrível, os delírios faraônicos das estatais ainda mais frequentes e a falta de plano do Ministério do Planejamento absolutamente evidente. Além disto, o Fundo está apenas cumprindo seu papel e seguindo as regras, ultrapassadas e vesgas, que lhes são impostas pelos seus principais sócios. O que é incompreensível e indesculpável é que os encarregados de nossa política econômica aceitem entusiasmados uma falsa solução que, além de só nos trazer ônus e não nos dar nenhuma vantagem, ainda nos condena a um continuado estado de necessidade de pedir (leia-se ceder). Os banqueiros e os políticos estão enganando o público quando declaram que o enorme montante da dívida é um problema administrável. O fato é que uma grande parte dos juros destes empréstimos não pode ser pago e que a maior parte do principal igualmente não será paga.

Antes que algum apressadinho do SNI classifique-me como subversivo ou que algum dos nossos sábios banqueiros, empresários ou economistas chame-me de radical, quero dizer que a frase acima é de um artigo de E. Janeway no Washington Post.

Mas que estranho conluio é este entre banqueiros internacionais e ministros de um país devedor, contra o próprio? Como explicar tamanho absurdo? Que forças levaram justamente aqueles que, por força de seus cargos, deviam promover e defender o bem público a lesá-lo tão escancaradamente?

Sossegue, caro leitor, não tenho qualquer nova história escandalosa a relatar. Penso que neste caso, só para variar, não houve nenhuma corrupção. Sinto ser anticlimático, mas o autor do crime, nesta história, foi a incompetência, pura e simples. Certo que é difícil de acreditar nesta singela explicação. Creta-me, porém, que não passou disto. Espero apenas que seja este o último palmo da cova onde devemos enterrar para sempre a lenda da eficiência de nosso pobre tecnocrata.

Há um ano, quando o rei ficou pelado, ainda possuíamos algumas reservas. Deveríamos ter, naquele momento, suspendido os pagamentos e chamado os credores para conversar. Enquanto havia alguns trunfos na mão.

A irresponsabilidade que domina este governo resolveu porém esperar passar as eleições, ao mesmo tempo em que mentia e arrotava segurança na sua capacidade de rolar a dívida. O debate ganhou o público e a discussão entre os vários personagens que são figurinhas fáceis das entrevistas em jornais especializados e, tão pomposos quanto vazios programas de televisão, flizou-se em coisas importantes como o significado do termo moratória, a forma da mesa em torno da qual se discutiria o problema, e outras fulgurações.

Enquanto isto, livre da crítica e censura, o trio encarregado da economia, envergonhado diante do nudismo do rei, aceitou, in totum, um plano fornecido pelos emprestadores e que consiste exatamente no seguinte:

1 — Os banqueiros reemprestam, contabilmente, aquilo que está ven-

cendo e para cujo pagamento não temos dinheiro. Isto é, refaz-se o pagamento. A juros mais altos.

2 — Os banqueiros emprestam dinheiro novo para que possamos pagar os juros que estão vencendo. Isto é, o dinheiro entra e sai no mesmo momento. Aumenta-se a dívida para cobrir seu serviço. A custos mais altos.

3 — O resultado é que, para os olhos semicerrados dos auditores e acionistas dos bancos, fica mantida a ficção de que os empréstimos estão sendo pagos em dia e os lucros continuam a crescer. No caixa brasileiro não entra um só tostão.

4 — Para salvaguardar seus empregos e responsabilidades, em caso de fracasso, os banqueiros condicionaram seu esquema de salvamento à adoção de determinadas medidas impostas e fiscalizadas pelo FMI. Tais medidas são altamente recessivas.

A tudo isto nossos ministros acederam prestamente, até aliviados por finalmente terem uma diretriz a cumprir. Aceitaram inclusive o aumento das taxas de juro e comissões. A situação é tão gritante que o Congresso, não o nosso, mas o americano, proibiu que os emprestadores continuassem com tal prática, "digna do pior dos usuários de Charles Dickens".

Seria cômico se não fosse trágico. Nossos ministros são tão insensíveis e desprezam e prejudicam o País a tal ponto que os estrangeiros, penalizados com tanta exploração, têm de tentar pôr ordem na repartição dos despojos. Está na hora de interromper este processo nefasto que levará o Brasil a um estágio neocolonial, isto se conseguirmos sobreviver aos distúrbios e conflitos internos que a miséria e o desespero inevitavelmente trarão.

Está na hora de falar a verdade para o grande surdo.

Não houve, até este momento, um ano depois, nenhuma renegociação da dívida. Uma verdadeira renegociação só ocorre se se alteram seus dois principais termos — custos e prazo. Os custos têm de ser diminuídos e os prazos consideravelmente aumentados. Isso não ocorreu. Ao contrário.

O que se fez foi uma negociata, um logro, um engodo. Os vencimentos foram tão-somente prorrogados e os custos aumentados. Nada ganhamos. Temos de exportar tudo o que houver a qualquer preço. Mesmo que falte milho e subam o leite, o óleo, o frango. Não podemos importar nada porque nos deixaram a zero e porque temos de mostrar saldo.

Qualquer governo sério, que tivesse compromisso com seu povo, se insurgiria contra tal situação. Qualquer governo, medianamente capaz, suspenderia, hoje, os pagamentos financeiros e chamaria os credores para enfrentar uma realidade que incluirá prejuízos para ambos os lados, e não só para um deles. Temos de pedir concordata e não serão os banqueiros que farão isso por nós. Cabe ao governo, se existe e se puder ser assim chamado, fazê-lo. Preferem, porém, amedrontar-nos com histórias de bicho-papão para disfarçar sua própria covardia e incapacidade. Se não aceitarmos as regras impostas, dizem, será o caos, o racionamento, a fome. Mas não é isso o que já temos? Se os navegadores antigos acreditassem no gigante Adamastor, ainda estaríamos, por aqui, de tanga, vivendo da caça e da pesca. Aliás, deste jeito, logo voltaremos a tal estágio.

Os bancos, seus tolos medrosos, também têm muito a perder. Os governos estrangeiros idem. Não há por que ceder, ceder e ceder. Principalmente quando estão em jogo o bem-estar da Nação e o seu futuro. Tal submissão amesquinicante seria classificada em outras épocas, quando os homens colocavam os interesses públicos acima dos próprios, de traição à Pátria.

Isto quando ministros, fracassada sua política, ainda renunciavam e presidentes não confundiam governar com o tratar de sua herança ou sucessão. Quando havia dignidade e o amor ao País suplantava o amor aos cargos.

Hoje, os nossos ministros econômicos preferem cantar, regidos, do alto de seu cavalo, pelo impávido general Figueiredo, a alegre marchinha: "Daqui não saio, daqui ninguém me tira, daqui não saio, daqui ninguém me tira..." Ao som deste sufixo musical, dancem, brasileiros, dancem.